



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**TÍTULO**

Monocultura e colonialismo em terra indígena: dinâmicas de resistência e diversidade de saberes

Nombre y apellido: Verônica Maria Bezerra Guimarães

Correo electrónico: veroniguima@gmail.com

Institución: Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD

País: Brasil

**RESUMEN**

Desvendar os processos humanos das relações entre território e natureza revela toda uma riqueza e sabedoria que foram e continuam, em grande medida, sendo subjugados, com uma prevalência de pensamentos e ações monoculturais. A homogeneidade e uniformidade do modelo monocultural atinge o pensamento e se expande para as práticas relacionais com o meio ambiente. Os cinco séculos de história desde os descobrimentos na América têm sido marcados por distintos momentos de tolhimento da autonomia aos povos indígenas aqui encontrados. Momentos caracterizados pela imposição de limitações territoriais, pela utilização dos recursos naturais encontrados nas terras indígenas, pelos modos externos de administração e pela gestão das vidas e liberdades dos povos indígenas e pela utilização da mão-de-obra nativa na construção da riqueza nacional. Da ação dos primeiros contatos à instauração de uma política pública indigenista pelo Estado Brasileiro, experimentaram-se situações que vão da total negação da humanidade dos povos autóctones à tentativa de tirar-lhes a indianidade por meio de práticas cujo escopo seria a transformação em trabalhadores nacionais. O ano de 1988 representa um marco para os índios no Brasil na medida em que houve uma mudança de paradigma, sintetizada pela substituição dos verbos tutelar e integrar (contidos no Estatuto do Índio), pelo verbo reconhecer (no art. 231 da Constituição). No entanto, ainda, são muitos dos desafios para a implementação dos direitos indígenas e ambientais. A perda da diversidade biológica leva a perda da diversidade de saberes locais, resultando em um duplo empobrecimento: de natureza e de cultura. A ancestralidade do saber indígena no trato da terra tem sido subjugado em nome de um ideal universal de técnicas, políticas e economia que colonizam



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

povos e ambientes. Velhas e novas questões sobrepõem-se, ganhando redefinições em decorrência dos complexos processos territoriais. Os sistemas de agricultura monocultural são baseados em regime de propriedade privada e produzem um rastro de destruição sobre os recursos naturais. A imposição da uniformidade cultural gera instabilidade e vulnerabilidade natural e social. Por isso, o direito a terra (entendida esta como um ser vivo e com dinâmicas próprias) e o direito ao território (entendido com um viés étnico e de ocupação tradicional) devem auxiliar na construção de um diálogo mais harmônico entre os direitos e a justiça indígenas, ambientais e econômicos. O presente trabalho visa analisar os processos de colonização, decolonização e colonialismo interno da terra indígena Jatayvary, situada no sul de Mato Grosso do Sul, no Brasil, baseado em trabalho de campo realizado como parte da pesquisa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável na Universidade Nacional de Brasília. Da sua análise pode-se perceber que, apesar de muitas contradições no discurso e práticas no uso da terra como: utilização de agrotóxico, desmatamento, reprodução de modelos do agronegócio e arrendamento de terras, ainda assim, o interior da terra indígena possui muito mais diversidade biológica e cultural que o seu entorno.

### **ABSTRACT**

Unraveling the human processes of the relations between territory and nature reveals a wealth and wisdom that have been and continue to be overwhelmed, with a prevalence of monocultural thoughts and actions. The homogeneity and uniformity of the monocultural model reaches the thinking and expands to the practices related to the environment. The five centuries of history since the discoveries in America have been marked by distinct moments of toleration of the autonomy of the indigenous peoples found here. Moments characterized by the imposition of territorial limitations, the use of the natural resources found in indigenous lands, the external modes of administration and the management of the lives and freedoms of indigenous peoples and the use of native labor in the construction of national wealth. From the action of the first contacts to the establishment of an Indian public policy by the Brazilian State, situations have been experienced ranging from the total denial of the humanity of the indigenous peoples to the attempt to take away the Indians through practices whose scope would be the transformation into national workers . The



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

year 1988 represents a milestone for the Indians in Brazil, as there was a paradigm shift, synthesized by the substitution of tutelary verbs and integrate (contained in the Indian Statute), by the verb to recognize (in Article 231 of the Constitution). However, there are still many challenges to the implementation of indigenous and environmental rights. The loss of biological diversity leads to the loss of the diversity of local knowledge, resulting in a double impoverishment: of nature and of culture. The ancestry of indigenous knowledge in the treatment of land has been subjugated in the name of a universal ideal of techniques, policies and economics that colonize peoples and environments. Old and new issues overlap, gaining redefinitions as a result of complex territorial processes. Monocultural farming systems are based on a private property regime and produce a trail of destruction over natural resources. The imposition of cultural uniformity generates instability and natural and social vulnerability. Therefore, the right to land (understood as a living being and with its own dynamics) and the right to the territory (understood with an ethnic bias and traditional occupation) should help in the construction of a more harmonious dialogue between rights and justice Indigenous, environmental and economic. The present work aims to analyze the processes of colonization, decolonization and internal colonialism of the Jatayvary indigenous land, located in the south of Mato Grosso do Sul, Brazil, based on field work carried out as part of the PhD research in Sustainable Development at the National University of Brasília. From its analysis it can be seen that, despite many contradictions in the discourse and practices in land use such as the use of pesticides, deforestation, reproduction of agribusiness models and land clearing, yet the interior of indigenous land has much more Biological diversity and culture.

**Palabras clave**

Monocultura; colonialismo; terra indígena.

**Keywords**

Monoculture; colonialism; Indigenous land.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### I. Introducción

A terra indígena estudada é conhecida por diversas denominações. Além de Jatayvary (o lugar de jatobá), também é chamada de Rancho Kuña, uma das áreas de ocupação tradicional, ou Lima Campo, sobrenome de um dos primeiros fazendeiros da região.

Inicialmente, a área foi titularizada em 21/12/1898 pelo então estado de Mato Grosso como sendo de propriedade do Tenente Coronel João Lima, “que no final do século XIX detinha em seu poder 95.434 ha, seus descendentes foram pioneiros na ocupação dessas terras que, por isso mesmo, os índios viriam a denominar ‘Lima Campo’”, relata Thomaz de Almeida (2005, p. 26) no Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Jatayvary.

Enquanto o patriarca era vivo, os índios permaneceram por lá nos fundos da fazenda e realizavam trabalhos esporádicos. Já com os seus herdeiros, a situação se modificou e a tolerância aos índios da região piorou. Vários foram levados para áreas de reserva, principalmente, a de Dourados, mas também para outras terras indígenas, como Caarapó, Rancho Jacaré, Guaimbé e Pirakua. Outros, se mantiveram em fazendas das redondezas e grupos menores permaneceram no local. Os herdeiros foram vendendo e loteando a terra, fracionando-a e ampliando o rastro de desmatamento de uma área onde, originalmente, existiam densas florestas, campos naturais e ervais nativos.

Segundo o relator Thomaz de Almeida (2005, p. 27), Lima Campo é um “*tekoha guasu*, isto é, um espaço territorial ocupado por diversos *tekoha* relacionados entre si.” Segundo os depoimentos de idosos e conhecedores da região: “até os anos 1950/60, pelo menos cinco *tekoha* estavam bem configurados na região: Manga’isyty, Yramõi (Rio São João) e Rancho Kuña. Os de Kuati Huguái e Camba Jety que não foram localizados” (Idem). Suas áreas naturais, pertencentes à bacia do Rio Dourados.

No movimento que propiciou a realização do relatório de identificação e delimitação da terra estiveram presentes três famílias extensas cuja história está relacionada à ocupação tradicional da área. Um episódio ocorrido em 1993, o assassinato de um kaiowá pertencente a uma destas famílias,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

instigou a organização do grupo para cobrar a demarcação da terra. Até então, eram trinta e sete pessoas, que segundo Moreira da Silva (2002, p. 95), “foram violentamente expulsos da área e refugiaram-se numa pequena mata na região de Lagunita, próximo a Lima Campo, local em que ficaram encurralados, sofrendo pressões e ameaças de morte pelos fazendeiros”.

Os trinta e sete indígenas foram removidos através do órgão indigenista para a Reserva Indígena de Dourados, em outubro de 1993, que já era superpovoada à época, porque dentre outros fatores, funcionava como um depósito de índios “desaldeados”. Chegando lá, enfrentaram muitas dificuldades e perseguições de índios terenas: “ameaçados pelo capitão Ramão Machado e sua milícia particular, chamada de polícia indígena, os remanescentes de Lima Campo em Dourados, em reunião, tomaram a decisão de retomar a área Lima Campo” (Idem, p. 97).

Várias comunicações foram feitas pela comunidade à FUNAI para que esta providenciasse a constituição de um grupo técnico para realização de estudos de identificação e delimitação. Quando em 15/06/1998 a comunidade decidiu sair da reserva de Dourados e retornar para Lima Campo, onde “acamparam em precárias condições às margens do rio Dourados próximo à Rodovia Federal BR-463”, eram duzentos e cinquenta, sendo noventa crianças (MOREIRA DA SILVA, 2002, p. 99-100).

No mesmo ano de 1998, a comunidade tomou conhecimento que um proprietário havia contraído um empréstimo rural no Banco do Brasil e não tinha quitado a dívida. A terra iria a leilão, quando os índios de Jatavyary, através de medida do MPF conseguiram permanecer neste local que abrange cerca de 181,43 ha.

Esta é a área em que estão até hoje, juntamente com pequenos trechos de terra, situados à margem direita da estrada de terra que corta a área indígena, esperando o deslinde das ações judiciais. Lá podem ser vistos vestígios de construções do antigo proprietário. Enquanto isso, o restante das suas terras tradicionais, está sendo ocupada por fazendas que plantam soja, milho, cana-de-açúcar e criação de gado, produzindo a “riqueza” em terra indígena.

O grupo de trabalho para identificação e delimitação foi instituído pela Portaria 199 PRES/FUNAI, em 09/04/1999. O relatório final foi entregue em março de 2005 e publicado DOU n. 170, de 02/09/2005, delimitando a superfície da terra indígena em 8.800 ha. A atual situação



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

fundiária de Jatayvary é de terra indígena declarada, pela Portaria do Ministério da Justiça n. 499, publicada no DOU nº 78, em 26.04.2011. Pode-se dizer que juridicamente, é uma terra indígena reconhecida, mas não regularizada. Houve a demarcação administrativa, mas falta a homologação e pendem sobre ela questionamentos judiciais sem decisão final com trânsito em julgado.

De Dourados para lá, Jatayvary fica localizada na margem direita da BR-463 e seus limites visuais, de acordo com a indicação de tamanho do Relatório, vão até as torres de sinais. Nesse sentido há uma entrada para Jatayvary e para as fazendas através de uma estrada de terra. Ao entrar na estrada de terra percebe-se que o lado direito está desmatado, mas há a presença de uma vegetação de cerrado que está se recuperando. Este pedaço longo de terra (de aproximadamente 916 ha) foi, no passado recente (outubro de 2002), colocado à venda através de um loteamento para colonos pelo extinto Banco da Terra. Na ocasião, era sabido de todos que a terra indígena estava em fase de identificação por grupo técnico de estudos. Contudo, isto não impediu que o Banco da Terra adquirisse de um fazendeiro a área para recortá-la em oitenta e três lotes destinados aos colonos. O MPF interviu no sentido de barrar o projeto, por se tratar de terra indígena. Alguns lotes chegaram a ser comercializados, encontrando-se, até hoje, alguns colonos que plantam suas roças, gerando constantes focos de conflitos, principalmente, com os indígenas que moram neste lado.

## **II. Metodología**

Nesta terra, foi feito um trabalho de campo prévio entre novembro e dezembro de 2013, quando conversei com o professor, algumas lideranças, e uma moradora da época da ocupação. Fizemos caminhadas às margens do córrego Jatayvary e como era época de guavira, visitamos uma área de guaviral nativo. No campo aprofundado, em agosto de 2014, voltei a conversar com a liderança e seus irmãos; com o professor; com duas famílias que pertencem à área de ocupação tradicional e o enfermeiro da SESAI. Fiz uma visita à escola rural, onde as crianças têm aula; e, também, à matinha situada no lado direito da estrada de terra.

Metodologicamente, adotei uma conversação livre com a indicação de temas relacionados à pesquisa, mas aqui prevaleceu muito a conversa de “denúncia”, ou seja, referente aos problemas da



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

comunidade, as reclamações da ausência das instituições, às reivindicações e os encaminhamentos de denúncias de serviços para órgãos ligados a questões indigenistas.

Atualmente, a maioria das famílias vive do lado esquerdo da estrada de terra, ou seja, na área dos 181,43 ha. Neste lado fica a caixa d'água e um posto de saúde, conforme a próxima fotografia. Existe a presença de algumas igrejas evangélicas. Segundo o enfermeiro, a população é formada por aproximadamente setenta e cinco e oitenta famílias, em torno de trezentas pessoas vivendo em Jatayvary. A maioria das famílias é Kaiowá ou Ñandéva. A divisa é composta por terras com plantios de soja e de cana-de-açúcar e fazendas de gado. Já do lado direito, próximo a colonos que vivem ou plantam no local, moram, de acordo com informações da liderança, cerca de dez famílias, em torno de sessenta pessoas.

### **III. Marco teórico/marco conceptual**

Os moradores do lado direito seguem desassistidos de água e energia. Conversei com algumas destas famílias, que apontaram soluções provisórias para amenizar a luta diária em busca da água. Algumas moradias ficam distantes do córrego Jatayvary e vão até lá, a pé ou de bicicleta, com seus vasilhames, muitos deles são embalagens de agrotóxicos descartadas pelas fazendas, conforme o destaque da próxima fotografia. Segundo o Imad (2015, p. 45) o córrego “se encontra contaminado com os defensivos agrícolas provenientes da lavoura de cana ao redor da aldeia”. Suas sugestões seriam: fazer poço; utilizar uma carriola formada por cavalo mais carroça para pegar água do córrego ou construir caixas d'água.

Em terras não regularizadas as dificuldades são ampliadas, pois, a depender da política local e regional, muitos serviços não são oferecidos pelo argumento de ser área de litígio. Por conta da relação com os fazendeiros da área, os moradores de Jatayvary não trabalham nas plantações de cana-de-açúcar da redondeza. Mas às vezes os fazendeiros tentam arregimentar trabalhadores para poucos dias. Neste caso, eles só vão se forem em grupo de aproximadamente cinco pessoas para evitar confusão. A maioria dos índios que trabalham na cana vem da reserva de Dourados. O pessoal de Jatayvary trabalha mais no eucalipto, em empresas próximas chamadas COAMO e Pindorama.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mas a situação é bem difícil para quem não tem trabalho. Em área de litígio os estigmas e as dificuldades para conseguir trabalho são ampliados. Conforme o professor, a cesta básica da Funai vem certa uma vez por mês, mas a cesta do estado atrasa e chega a cada dois ou três meses.

Seundo o professor a educação escolar indígena em Jatayvary enfrenta muitas dificuldades. A primeira delas é a inexistência de uma escola dentro da terra indígena. A escola constitui uma reivindicação da comunidade para que se possa evitar as constantes discriminações que os alunos sofrem, bem como o tempo e o risco do deslocamento.

A escola já foi numa área em que existia um “barracão”, perto do posto de saúde e no assentamento Corona, mas, hoje, os alunos de Jatayvary são atendidos na escola rural Graça de Deus que fica as margens da BR-463, em direção à cidade de Ponta Porã. A escola atende alunos da área rural da redondeza, vindos de assentamentos, sítios e fazendas.

Ao visitar as instalações da escola, vi uma “tentativa de se fazer uma horta” no fundo das salas de aula, numa área que tem o formato de mandala. No momento da visita, alguns alunos com idade aproximada de oito anos estava fazendo a limpeza da área sob a supervisão de um professor. O professor indígena informou que os alunos de Jatayvary não fazem nenhuma atividade ligada ao meio ambiente.

O material didático não é bilíngue. Portanto, não traz nada específico sobre os conhecimentos indígenas. As reivindicações do professor são: a construção de uma escola na terra indígena; contratação de mais professores indígenas; aula bilíngue e material didático próprio. Em uma das conversas que tive no pátio da casa do professor, havia vários meninos adolescentes que deram seus testemunhos sobre as dificuldades de estudar, por isso, alguns desistiram. São muitos os desafios de se estudar numa escola mista: além da distância da escola; falta de material escolar e de roupa apropriada; ausência de professores indígenas e uma educação escolar diferenciada.

Há uma família composta por dois irmãos e uma irmã, na faixa dos cinquenta anos, que moram próximos à mata do lado direito da terra, bem próximo à área onde estão os colonos. Um deles compõe a comissão de liderança em Jatayvary e frequenta a Aty Guasu. Conversei bastante com ele. Em um momento, ele desabafou: “a comunidade indígena está abandonada pelo poder público”. Criticou o município de Ponta Porã, o estado de MS e a Funai. Retratou que a comunidade



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

enfrenta muitos problemas e enumerou: acesso à água, escola e roça; dificuldades para fazer documentos; arrendamento; questões de justiça e da terra e a relação com os colonos.

Essa liderança falou do caso de um índio que foi caçar e levou um tiro na perna na fazenda Menino Jesus, perto da rodovia. E, que foi a “fazendeirada” a responsável. Ele mesmo gosta de caçar e pescar, mas não passa para o lado da fazenda porque o pessoal atira por cima e diz que tem um motoqueiro que anda de madrugada por lá. Situação esta, descrita, recentemente, pelo Imad (2015, p. 48): “a falta de mata nativa tem forçado os indígenas à busca de lenha, madeira para construção e espécies fitoterápicas, além da caça de animais de pequeno porte, como pacas, cotias e aves, precisando se aventurar nas fazendas limítrofes, o que leva a constantes choques e ameaças de morte”.

Para a liderança, em Jatayvary, tem uma “plantação de fazendeiro”. A terra está cercada por fazendas e na área onde ele vive, que está fora da área dos 181,43 ha, os conflitos são constantes. É a região que foi loteada para colonos pelo antigo Banco da Terra. Por ocasião da visita em 2013, pude verificar que o roçado da família estava queimado. Segundo a liderança, o colono alegou que a terra pertencia a ele e, por isso, é frequente ele fazer queimada e passar veneno, atingindo as roças de mandioca indígena. Houve risco de queimar as casas da família da liderança e a matinha que, ainda, resta, pois, com a braquiária, o fogo se espalha mais rápido. Meu interlocutor relatou que os colonos não o respeitam e que o presidente dos colonos incentiva a briga com os índios. Ele cita o nome de três colonos que são mais agressivos. Para a liderança, seria importante que estes colonos não tivessem mais acesso a financiamento para plantar nas terras de Jatayvary.

Outra situação que a comunidade enfrenta, é o arrendamento de parte dos 181,43 ha para o plantio de soja. Segundo a liderança, alguns indígenas que moram na comunidade, arrendam terra para brancos e dispõem de toda uma infraestrutura para lavoura, como máquinas colheitadeiras. Um dos indígenas, que faz o arrendamento de cerca de 12 ha, já afirmou: “índio não sabe trabalhar”. Este indígena possui alguns sinais de riqueza, como trator, maquinário, carro e casa melhor, que contrasta com a vida dos demais moradores. A liderança entende que não deveria ter arrendamento na aldeia. Cada um poderia morar em qualquer lugar, porque não está demarcado.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Essa situação gera distorções graves, principalmente, devido ao processo de luta que a comunidade enfrentou e nos seus inúmeros desafios vivenciados ao esperar a solução definitiva da terra a que tem direito. Sem contar nos conflitos políticos gerados para parte da comunidade que não concorda com essa prática. Segundo a liderança, indígena que arrenda terra: “não tá certo com a comunidade. Isso explora os índios. A comunidade reclama”. A Funai, prosseguiu a liderança, deveria: “ficar de olho nele e tomar a colheitadeira. Já faz tempo que ele tem essa prática. Ele quer ser maior que as autoridades, pois, todos os órgãos sabem disso, mas não é feito nada”. Isto gera uma situação de desconforto com as demais pessoas da comunidade e, além disso, os arrendatários usam agrotóxico nas plantações. A liderança lembrou que eles estão nessa terra “pela força da comunidade”.

Segundo a liderança, ocorreu, recentemente, na comunidade o caso de um indígena paraguaio, casado com uma kaiowá, ter derrubado árvores da mata, inclusive, de madeiras nobres, como aroeira. Numa caminhada que fizemos na mata, o professor me indicou várias clareiras que mostravam a derrubada de árvores, conforme foto a seguir. O grupo com quem conversei, também denunciou a coleta, por esse mesmo indígena, de plantas medicinais em grande quantidade para vender. É um caso de retirada de recursos naturais dentro da terra indígena com exploração de madeiras nobres e de plantas que servem de remédio tradicional.

A liderança explicou: “a comunidade chega mais pra mim, pra denunciar, fazer denuncia do pessoal que tá tirando madeira boa de aroeira, de madeira de lei, fazendo desmatamento. A comunidade também levantou contra isso. Não pode né. Tudo que tem aqui é da comunidade”.

A mata que resta do “lado do loteamento” encontra-se muito ameaçada. Há riscos constantes de queimadas por parte dos colonos que, ainda, ocupam a área. Além disso, como a comunidade não dispõe de recursos para fazer e manter suas habitações, precisam de madeira que, geralmente, é retirada desta mata. Lá não há mais sapé. A mata também é procurada para a coleta de alimentos e de plantas medicinais. A liderança falou com reverência: “a mata é nosso segredo. Nossa mata é nossa saúde”. Lembrou que quando chegou a Jatavyary, há pouco mais de quinze anos: “o mato era na beira do córrego. A fazendeirada destruiu tudo. O branco não tem dó pra destruir. Eles derrubaram a mata e jogaram a braquiária aqui”.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Outra ameaça constante é o tráfego de veículos. Passam muitos caminhões nas estradas dentro da terra indígena por conta das fazendas que estão no entorno. Eles levantam muita poeira. Há risco de atropelamento, pois, muitas crianças circulam livremente nestas áreas.

Em outra ocasião, visitei dois irmãos pertencentes à família que lutou pela retomada de Jatayvary, cujos pais com mais de oitenta anos, moram numa casa ao lado de um dos filhos. O casal de idosos falou pouco e os próprios filhos tem dificuldade de entendê-los. A família é composta por seis irmãos vivos de um total de oito. Hoje em dia, a maioria mora em Jatayvary. O irmão mais novo lembrou: “nós somos família daqui. Nós morava tudo junto. Aí tinha um parente que ficava ali. Mas era tudo parente. Como uma comunidade. Mas depois uns foram saindo, indo pra outros lugares”. Ele e o irmão foram os últimos a ficarem por lá.

O irmão mais velho lembrou que quando era criança o pai fazia coivara para plantar: “nosso pai roçava. Aí fazia. Hoje em dia não. Hoje em dia não tem mais”. As casas desta família extensa margeiam uma vasta plantação de cana-de-açúcar e o contraste é muito marcante, pois, a cana estava bem perto das casas, como pode ser visto na fotografia a seguir. Esta é uma região tradicional, chamada de Rancho Kuña. O irmão mais velho revelou: “ali antes de ser cana, era vaca que trouxe a braquiária”. O irmão mais novo lembrou: “onde é o canavial, era um guaviral. Lá no fundo ainda tem, sobrou, um pedacinho de guavira”. E o outro, complementou: “tinha também araticum, erva, tudo. Acabaram, plantaram, limpou tudo”.

O mais velho chegou a trabalhar em fazenda de gado nas redondezas e, afirmou: “em 79 não tinha lavoura, era só gado. E, começamo a fazer lavoura. Nós catemo aí de guavira. Aí ninguém me engana porque conheço tudo por aqui. Em 80 começou os índios a tirar o mato na fazenda. E os índios não tinham mais roça para trabalhar, para manter a família. Começou a morrer criança”. Para o irmão mais novo: “antes o fazendeiro deixava o índio fazer uma casa na fazenda para trabalhar para ele. Hoje em dia não dá mais barraco. Pega o índio na aldeia para trabalhar e depois devolve”.

Eles são uma das poucas famílias que conseguem viver das suas roças. Possuem um poço d'água e plantam feijão guandu, mandioca, algumas frutíferas e outros cultivares. O irmão mais novo reafirmou o sentimento com a terra: “já nasceram ali, já acostumou, não pode ir para outro lugar. Qualquer coisa tem que aguentar tudo ali. Tem que passar alguma luta, sofrendo, mas tá aí.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Pode ser que mais pra frente melhore alguma coisa. Vai esperando, né? A comunidade não incomoda fazendeiro”.

### IV. Análisis y discusión de datos

A transformação das paisagens na área declarada de ocupação tradicional Jatayvary passou por processos semelhantes vivenciados por todo o sul de MS. Porém, com o agravante da repartição de uma área extensa em fazendas que passaram a explorar intensamente o solo para pecuária, produção de grãos e, mais recentemente, plantio de cana-de-açúcar. A topografia plana e os solos férteis favoreceram a instalação de plantios com utilização de forte mecanização.

A herança deste modelo é percebida pelos indígenas através de solos degradados com muita presença de braquiária e formigueiros; perda de vegetação e de biodiversidade como um todo; contaminação dos córregos e uso de agrotóxico. E o mais grave para esta terra é que este legado continua a produzir intensamente seus efeitos no presente. A não regularização total dos 8.800 ha faz com que os 181,43 ha estejam “ilhados” em vastos campos de monocultura, que seguem a produzir seus rastros de destruição.

Originalmente, a região era caracterizada pelo bioma mata atlântica, com florestas estacionais semidecíduas, mas possuía também a vegetação nativa composta de cerradão, cerrado, campos úmidos e matas de galeria. Está inserida na bacia hidrográfica do rio Dourados, cujas nascentes, presentes na área em estudo, encontram-se quase que totalmente sem vegetação, assim como as matas ciliares que passam por fortes impactos ambientais. “Provavelmente, a região foi muito rica em pacas, capivaras, antas, tatus, cutias, tamanduás, araras, emas, gaviões, papagaios, seriemas, tucanos e muitas outras espécies animais. A área é rica em abelhas nativas ou sem ferrão” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2005, p. 87).

Atualmente, a área dos 181,43 encontra-se bastante descampada, o que favorece a propagação de incêndios. Percebe-se uma ínfima vegetação da mata ciliar no córrego Jatayvary e uma ampla área desmatada. Conforme cálculos do Imad (2015, p. 49), da área de 181,43 ha, 135,01 ha da terra estão desmatados, ou seja, 74,92%; 39,62 ha estão sem vegetação (com roças), o que corresponde a



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

21,98% e apenas 5,58 ha ou seja 3,10% de floresta. No lado oeste há uma extensa área composta por plantações de cana-de-açúcar e, pelo lado leste existe a presença de pastos.

A vasta plantação de cana-de-açúcar dentro e no entorno da terra indígena é um indicativo da cadeia de plantio, processamento e industrialização que existe na região. “A produção agrícola não está a serviço das necessidades das comunidades, respondendo a interesses econômicos globalizados, movida pelas *commodities* do agronegócio. Ela produz grãos para exportar e/ou alimentar animais para a produção de carne ou para produzir energia renovável para mover os carros.” (JUNGES, 2010, p. 57). Muitas terras foram arrendadas para o plantio de cana-de-açúcar para as usinas Monteverde (Bunge) e São Fernando. Há poucos quilômetros dali, também, se encontra uma usina de cana-de-açúcar da Bunge.

Além disso, também há muito plantio de soja no entorno e na própria terra indígena, dentro da área delimitada, mas que, ainda, não foi regularizada. A percepção de uma terra indígena ilhada pode ser sentida na fala de diversos moradores. Para o professor: “o canavial tá abraçando a gente.” Ele sugeriu uma indenização por parte da Bunge para que a comunidade possa ter acesso a “um tratorzinho para fazer roça e uma escola”.

Em 2011 foi realizado pela Funai um Relatório intitulado: “A percepção indígena em relação aos impactos do plantio de cana-de-açúcar na terra indígena Jatayvary”, com o objetivo de identificar os impactos negativos causados pelo setor sucroalcooleiro sentidos pelos indígenas de Jatayvary. Foram percebidos impactos negativos nos três subsistemas da cadeia agroindustrial: agrícola, industrial e transportes. Tais impactos foram resumidos por tema da seguinte forma: a) queimadas: ocorreu uma vez e causou problemas respiratórios na comunidade; b) agrotóxicos: ocorreram dois sobrevôos, mas desconhece-se o teor das substâncias lançadas, utiliza-se agrotóxicos nos cultivos na divisa da terra indígena, apresentação de pessoas com sintomas de dores de cabeça, enjôo e alergias; c) colheita mecanizada: ocorre dia e noite, emitindo ruídos altos; d) caminhões canavieiros: provocam ruídos altos, suspensão de poeira e problemas respiratórios (MARTINEZ DOS SANTOS, 2011, p. 13).

Posteriormente, a Funai verificou a ausência da inclusão da terra indígena na área de influência direta da usina Monteverde (Bunge) no seu estudo de impacto ambiental que foi



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

aprovado e licenciado pelo IMASUL. Os empreendedores alegaram que só havia indígenas na área de influência indireta. Além disso, o órgão indigenista não foi consultado, como interveniente, no procedimento de licenciamento ambiental. Tais fatos caracterizam desrespeito a normas constitucionais e a legislação que regulamenta o estudo de impacto ambiental e o licenciamento ambiental. Por isso, a Funai solicitou o cancelamento e a não-renovação das licenças de operação concedidas a ambas empresas até a regularização do componente indígena no licenciamento ambiental dos empreendimentos. Fato que não foi realizado.

A partir dos anos 2000 houve um aumento considerável das áreas de plantio e da instalação de usinas sucroalcooleiras em MS, que se tornou o segundo estado do Brasil com maior área de plantio, atrás de São Paulo. Esta expansão ocorreu no sul de MS, onde há a maior reivindicação pela demarcação de terras indígenas Kaiowá-Guarani. Os estímulos financeiros, tributários e creditícios foram realizados em nível federal e estadual para a produção do etanol, identificado como um combustível limpo, renovável e sustentável.

Fazendas em terras reivindicadas ou em terras já identificadas e delimitadas, mas não regularizadas devido a longas batalhas judiciais, como é o caso de Jatayvarry, realizaram contratos de parceria e arrendamento com usinas para o vasto plantio de cana-de-açúcar, expandindo uma nova fase de colonização das terras indígenas.

A geopolítica do etanol estimulou, também, a expansão do setor sucroalcooleiro em MS, de certa forma, devido à proibição da sua instalação na Amazônia, no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai pelas regras previstas no Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, Decreto 6.961/2009. Este decreto também proibiu o plantio em terras indígenas, mas os atrasos nas regularizações fundiárias das terras indígenas reivindicadas no sul de MS estimulam o avanço das vastas plantações desta monocultura sobre, inclusive, terras já identificadas.

Aos plantios, o órgão ambiental do estado - IMASUL, não exige o licenciamento ambiental, nem tampouco o estudo prévio de impacto ambiental. Não há previsão expressa nem na legislação federal, nem estadual, porém, o recomendável seria exigí-los com base no poder discricionário a ser exercido pela administração pública para concretizar o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Quanto às usinas, a formalidade tem exigido os instrumentos de



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

comando e controle da normativa ambiental, acima referidos, mas a presença indígena nas suas terras ou é desconsiderada; ou se alega que não faz parte da área de influência direta do empreendimento ou, simplesmente; é feito um relatório padrão e genérico, sem aprofundar os prováveis impactos do setor.

A Ong Repórter Brasil (2010, p. 54-6) realizou vários relatórios sobre os impactos socioambientais das monoculturas de soja e cana-de-açúcar em terras indígenas de MS, onde identificou inúmeras violações de direitos trabalhistas, indígenas e ambientais e, verificou a presença de contratos de arrendamento das fazendas que incidem em Jatayvary pelas usinas São Fernando e Monteverde/Bunge.

A usina São Fernando se comprometeu, em abril de 2010, através de termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público, a não “adquirir ou promover o plantio de cana-de-açúcar, mesmo por intermédio de contratos de arrendamento, em imóveis rurais que estejam localizados em áreas identificadas, declaradas ou homologadas como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” (ONG REPÓRTER BRASIL, 2012, p. 9 e 13). Já a Monteverde/Bunge, situada a cerca de 14 km da terra indígena, manifestou-se da seguinte forma a respeito dos contratos de arrendamento de terras em fazendas situadas na área identificada e delimitada de Jatayvary: “quando houver decisão definitiva das autoridades competentes a respeito da propriedade das terras, e se esta for favorável aos indígenas, a Empresa imediatamente tomará as providências necessárias à suspensão dos respectivos contratos, caso ainda estejam em vigor” (Idem).

### **V. Conclusiones**

Das matas nativas restou pouco em Jatayvary, o ciclo de devastação segue produzindo seus efeitos e se espalhando. A própria comunidade, ilhada, em sua maioria, sente a importância das matas, mas sem alternativas, exerce pressões sobre o que resta delas. Nas falas de todos com quem conversei, percebi como se deu o processo de ocupação sobre as terras tradicionais, seguindo um ciclo sucessivo, mas também com temporalidades concomitantes, como se pode observar na atualidade: fazendas de gado - plantações de soja - cana-de-açúcar.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

É urgente criar e implementar sistemas protetivos do que, ainda, resta da mata que está do lado direito, fora dos 181,43 ha, mas que faz parte da área dos 8.800 ha identificados e demarcados. Lá estão os últimos remanescentes dos guavirais nativos da terra. Os indígenas que vivem deste lado são guardiões e, por isso, sofrem mais diretamente as pressões de fazendeiros e colonos.

São longos e incertos os anos que transcorrem entre a identificação e delimitação de uma terra indígena e a sua total regularização. No caso de Jatayvary, já se vão dez anos, sem que haja uma solução definitiva. Os passivos ambientais do modelo de uso e ocupação do solo, ao longo de décadas, são somados aos intermitentes processos destrutivos que se seguem. A herança virá através de uma terra arrasada, cujos desafios para a recuperação serão enormes.

E, ao que tudo indica, nem os limites mínimos estabelecidos para a proteção de áreas de preservação permanente, como nascentes e matas ciliares ao longo de rios e córregos e, das áreas de reserva legal estão sendo obedecidos. Na região, a fiscalização ambiental é precária, ampliando-se, assim, o risco de perder o que resta da vegetação. As medidas protetivas territoriais devem impedir o avanço de mais processos destrutivos e ao mesmo tempo conservar/cuidar/recuperar a terra.

## VI. Bibliografía

IMAD. **Diagnóstico Socioambiental Participativo de Terras Indígenas Kaiowá-Ñandéva visando seu etnodesenvolvimento** – ETNOECO. Dourados: IMAD, 2015.

JUNGES, José Roque. **(Bio) ética ambiental**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

MARTINEZ DOS SANTOS, Mariany. **A percepção indígena em relação aos impactos do plantio de cana-de-açúcar na terra indígena Jatayvary**. Relatório de visita técnica. Coordenação regional de Ponta Porã: FUNAI, 2011.

MOREIRA DA SILVA, Lásaro. **A legitimidade do processo de retomada das terras tradicionais pelos índios Kaiowá e Ñandéva em Mato Grosso do Sul**. 2002. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Direito Constitucional) - UNIGRAN/UnB, Brasília.

ONG REPÓRTER BRASIL. **Em terras alheias: a produção de soja e cana em áreas no Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<<http://www.agrocombustiveis.org.br>. 2012>>. Acesso em: 02 abr 2014.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Jatavyary**. Brasília: FUNAI, 2005.